



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº __/2021

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE EXCEDENTES DE ALIMENTOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO E PROMOÇÃO DO COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido os critérios de doação de alimentos próprios para o consumo, com o objetivo de promover a erradicação da fome no município e estabelecer a promoção do combate ao desperdício de alimentos, na forma desta Lei.

Art. 2º Os estabelecimentos dedicados à produção e ao fornecimento de alimentos, incluídos alimentos in natura, produtos industrializados e produtos prontos para o consumo, ficam autorizados a doar os excedentes não comercializados e ainda próprios para o consumo humano que atendam aos seguintes critérios:

I - estejam dentro do prazo de validade e nas condições de conservação especificadas pelo fabricante, quando aplicáveis;

II - não tenham comprometidas sua integridade e a segurança sanitária, mesmo que haja danos à sua embalagem;

III - tenham mantidas suas propriedades nutricionais e a segurança sanitária, ainda que tenham sofrido dano parcial ou apresentem aspecto comercialmente indesejável.

3122/21
16/11/2021
21



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

§ 1º O disposto no caput deste artigo abrange empresas, supermercados, padarias, cooperativas, restaurantes, lanchonetes e todos os demais estabelecimentos que forneçam alimentos preparados prontos para o consumo.

§ 2º A doação de que trata o caput deste artigo poderá ser feita diretamente, em colaboração com o Poder Público, ou por meio de bancos de alimentos, de outras entidades beneficentes de assistência social certificadas na forma da lei ou de entidades religiosas.

§ 3º A doação de que trata o caput deste artigo será realizada de modo gratuito, sem a incidência de qualquer encargo que a torne onerosa.

Art. 3º A doação a que se refere esta Lei em nenhuma hipótese configurará relação de consumo.

§ 1º O doador e o intermediário somente responderão nas esferas civil, penal e administrativa por danos causados pelos alimentos doados se agirem com dolo específico de causar danos à saúde de outrem, cessando sua responsabilidade no momento da primeira entrega feita pelo doador ao intermediário ou ao beneficiário final e a do intermediário ao beneficiário final.

§ 2º A primeira entrega se configura no momento da doação do alimento ao intermediário ou ao beneficiário final pelo doador ou pelo intermediário ao beneficiário final.

Art. 4º Poderá o Poder Público Municipal, a título de estímulo, conceder incentivos fiscais às pessoas jurídicas que colaborarem regularmente na doação de alimentos.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único: Poderá ainda, ser estipulado pelo Poder Executivo, para promoção do combate ao desperdício de alimentos, um selo de identificação a ser afixado em local visível no estabelecimento doador e intermediário.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Nestes termos, pede-se o deferimento.

Campo Largo, 16 de novembro de 2021.

LUIZ CARLOS SCERVENSKI JUNIOR

VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Exmo. Sr. Presidente Da Câmara Municipal De Campo Largo.

Luiz Carlos Scervenski Junior, VEREADOR que este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, vem perante vossa excelência, com o devido acatamento, afim de APRESENTAR este PROJETO DE LEI a ser apreciado em plenário, para que seja aprovada a Lei no âmbito municipal que “DISPÕE A DOAÇÃO DE EXCEDENTES DE ALIMENTOS PROPRIOS PARA O CONSUMO E PROMOÇÃO DO COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS NO MUNÍCIPIO DE CAMPO LARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A situação de extrema pobreza e fome trata-se de um problema mundial. Em nosso país, a proporção engloba milhões de brasileiros, cidadãos que vivem em condições de miserabilidade e que não condições de seu sustento e de sua família, vivendo, muitas vezes, dependentes de ajuda governamental ou de doações.

A lei Federal nº 11.346 de 2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.272 de 2010, prevê que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, devendo o poder público adotar ações que garantam a segurança alimentar e nutricional da população. Assim como a Emenda Constitucional nº 64 de 2010, que institui o direito a alimentação como direito social.

Embora as regulamentações existentes garantindo o direito à alimentação à população, os estabelecimentos produtores e comerciantes não efetuam a doação dos alimentos excedentes, devido à falta de legislação específica.

Fundamentado sob a Lei Federal nº 14.016 de 2020, o qual garante a ação solidária sem a caracterização de relação de consumo, apresento o projeto de lei em questão, que visa proporcionar base legal para a doação dos alimentos excedentes pelos



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

produtores e fornecedores de alimentos, assim como promover o combate ao desperdício do município de Campo Largo.

Por essas razões, conto com esta Casa Legislativa, sempre sensível aos interesses da comunidade, e com o apoio dos meus pares para aprovação do presente projeto de lei.

Nestes termos, pede-se o deferimento.

Nestes termos, pede-se o deferimento.

Campo Largo, 16 de novembro de 2021.

LUIZ CARLOS SCERVENSKI JUNIOR

VEREADOR